

Drible no PT e PDT livra Cr\$ 1,5 bi

O PT e o PDT conseguiram ontem de manhã impedir, mais uma vez, que o Congresso aprovasse por votação simbólica das lideranças a proposta de revisão orçamentária, mas não evitaram a votação que evidenciou a falta de número — 154 deputados, quando o mínimo para deliberação é de 248. De qualquer forma, ainda houve tempo para aprovação de um crédito suplementar de Cr\$ 1,5 bilhão para o ministério da Justiça.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, estava irritado com a atitude dos dois partidos que, embora concordando que a revisão orçamentária é necessária — pois toda a administração pública está sem verbas, não podendo dispor do dinheiro recolhido aos cofres públicos — condiciona sua aprovação por voto de liderança à votação de matérias — como o veto presidencial à lei de custeio e benefícios da previdência — que ainda estão em tramitação.

“Todo entendimento se faz em torno de projetos que são submetidos juntos à votação — disse — e não de votações futuras”. Para ele o PT faz isso de propósito, para desgastar a instituição.

Assim que a sessão do Congresso começou, o líder do PT na Câmara, Gumerindo Milhomem (SP), anunciou que não iria deixar votar nada sem quórum. Depois tentou levar a Mesa a fazer uma prévia verificação de quórum. Não conseguiu. Alegando que as listas de presença apontavam 250 deputados e 39 senadores — número suficiente — o presidente do Congresso, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), colocou em votação um pedido de crédito suplementar de Cr\$ 1,5 bilhão para o ministério da Justiça. E chamou os líderes para votar.

Carlos Sant’Anna (PMDB-BA) pediu ao PT e ao PDT que dessem ao país condições de governabilidade. O responsável pela administração da

Câmara, deputado Luis Henrique (PMDB-SC), informou que já não há dinheiro para pagar os trabalhadores da limpeza nem para pagar a gráfica e as companhias de aviação.

“Mas para pagar os parlamentares os recursos estão aprovados”, respondeu Milhomem. E insistiu em que o Congresso tem de votar a política salarial, o veto da lei-previdenciária e a legislação sobre a saúde.

“Não há porque fazer greve contra o orçamento”, reclamou o vice-líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), que na véspera havia feito uma avaliação com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e tinham concluído que a revisão orçamentária seria aprovada. Em sua opinião, as exigências do PT e PDT são descabidas.

A segunda sessão do Congresso para votar a revisão marcada para as 18h30 de ontem, durou apenas 50 segundos.